Nito Alves, o herói inimigo de Angola: reflexões sobre fontes, arquivos e versões históricas[1]

Marcela Santander (PPGAS-UFSCar/Brasil)

Resumo

Com a independência de Angola, em 1975, pelo partido MPLA, estabeleceu-se o novo governo e Nito Alves foi nomeado Ministro da Administração Interna. No pós-independência, o novo governo se constituía à luz de antigas controvérsias, evidenciando disputas internas pelo projeto de nação. De um lado, Nito e uma rede de aliados, do outro, uma ala representada por membros da antiga elite angolana. Nito foi acusado de fraccionismo, expulso do partido e responsabilizado por uma tentativa de golpe de estado em 27 de Maio de 1977. As diferentes versões do acontecimento levantam questões sobre suas formas de produção, na medida em que essas narrativas são construídas a partir das posições que seus narradores assumem. Proponho aqui observar como se forjaram narrativas históricas contrapostas cuja versão vencedora legitimou a história da nação angolana. É nela que, ao longo de sua trajetória, Nito ocupa posições de prestígio, de acusador, de acusado e de inimigo. Etnografar essa virada tornou-se meu tema de pesquisa e para responder às minhas questões, propus-me buscar nos discursos documentais – oficial e de Nito – a articulação das categorias usadas para acusar o outro. Trago para essa comunicação algumas de minhas inquietações neste processo, pois a desproporção de disponibilidade e acesso às fontes que tratam da versão nitista do 27 de Maio nos contam também sobre as formas de produção da história e da memória, em direção à legitimação do saber (e do poder). Pretendo refletir sobre a desigualdade da possibilidade de expressão dos envolvidos que nos coloca o desafio de entender e explicitar o modo de produção de tais documentos.

Palavras-chave: Angola, memória, acusação.

Introdução

Esta é uma reflexão sobre documentos como fontes etnográficas, seus modos de produção, circulação e acesso a partir de minha pesquisa de mestrado, onde proponho um estudo da trajetória do guerrilheiro angolano Nito Alves com a pretensão de olhar para as categorias de acusação em citações e repetições, atentando para os significados imbricados à historicização dos termos, para então entender como acusações, enquanto uma prática de nomeação, circunscrevem as alteridades e tentam atribuir ao outro, nominado, uma determinada posicionalidade social. Relatos, sobretudo escritos,

[1] Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

mostram que a posição de Nito Alves esteve em disputa no MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, movimento e partido do qual Nito fez parte e que governa Angola desde a independência do país em 1975 até os dias atuais. Tais disputas se deram a partir de práticas discursivas, através da interpelação e da iteração (DERRIDA, 1988) de categorias de acusação e diferenciação entre dois lados opositores. De um, Nito e uma rede de aliados, os nitistas, que promoveram uma campanha discursiva – e acusatória – contra alguns líderes do MPLA. De outro, uma ala do MPLA formada sobretudo por representantes de uma antiga elite angolana que compunham a cúpula do partido desde sua fundação, cujo representante mais proeminente era o então presidente Agostinho Neto. Embora não caiba nos recortes propostos para essa comunicação, vale pontuar que Agostinho Neto não era exatamente representante dessa antiga elite angolana, uma vez que vinha de uma elite rural; tal ponto importa porque vem de uma aliança anterior no movimento e esteve no cerne da primeira cisão do MPLA, entre as alas de Viriato da Cruz e de Agostinho Neto.

Na intenção de responder às minhas questões, propus-me a etnografar documentos para localizar, nos discursos de Nito e MPLA/Agostinho Neto, os termos designadores que funcionam como categorias para acusar o outro. Ficaram evidentes, logo no início, categorias antagônicas, polarizadas, em pares de oposição. Algumas, por exemplo, dizem respeito às posições ideológicas dentro do campo marxista (marxistas-leninistas, em contraposição aos maoístas); às questões de raça (negros *x* brancos e mestiços; o que é ser racista em Angola?); e à classe (elite *x* Povo).

Meu objetivo é refletir acerca de algumas perguntas metodológicas com as quais me deparei. Como pesquisar etnograficamente eventos e pessoas que estão no passado? Quais as fontes de um trabalho antropológico cujo recorte localiza-o distante no tempo? Como estabelecer um diálogo entre e com os documentos?

Mais do que isso, trago para essa comunicação algumas de minhas inquietudes neste processo, pois a desproporção de disponibilidade e do acesso às fontes que tratam da versões nitistas dos acontecimentos que serão contextualizados adiante nos contam também sobre as formas de produção da história e da memória, em direção à legitimação do saber (e do poder). Esses meandros apontam que há muito a ser apreendido para além do documentado. Há uma relação constituída entre as versões, que, no limite, também as constituíram. Não raro podemos observar as formas como as

narrativas que privilegiam a história dos vencedores se materializam nas seleções que compõem livros didáticos, museus e patrimônios. Pretendo refletir que a desigualdade da possibilidade de expressão dos envolvidos nos coloca o desafio de entender e explicitar a produção de tais documentos.

Para tanto, este trabalho está dividido em três partes. Primeiro, procedo a uma breve historicização do meu tema e à introdução das minhas questões de pesquisa, para, em seguida, empreender um esforço em esmiuçar as fontes que compõem meu material empírico para dar conta das questões suscitadas. Por fim, proponho uma reflexão sobre documentos e arquivos como fontes e interlocutores de pesquisa e acerca dos modos de produção, circulação e acesso dos nossos materiais de pesquisa.

Foi golpe? Nito Alves e o(s) 27 de Maio de 1977

Após declarada a independência de Angola, em 1975, pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), estabeleceu-se o novo governo do partido e Alves Bernardo Baptista, conhecido como Nito Alves, foi nomeado Ministro da Administração Interna. Seu destaque deveu-se, em parte, ao prestígio conquistado na luta anticolonial, na qual foi um dos líderes da guerrilha na 1ª Região Político Militar, zona de conflito de alta complexidade estratégica porque submetida tanto à intensa repressão portuguesa quanto aos ataques do grupo guerrilheiro rival, a FNLA (BITTENCOURT, 1999). A proximidade da região com a capital, Luanda, e a dificuldade logística para obter armas e suprimentos básicos reverberaram os feitos de seus combatentes e muitos despontaram como heróis; é o caso de Nito (MARQUES, 2012: 64). Durante esse período, muitos dos líderes do MPLA estavam no exílio, afastados da luta e da população. Nito também foi conquistando espaço por sempre defender publicamente o líder Agostinho Neto (TALI, 2001).

O pós-independência angolano, no entanto, não foi isento de contestações; pelo contrário, acentuou os confrontos da era colonial entre os movimentos de libertação (TALI, 2001). Na medida em que o novo governo se constituía, à luz de antigas controvérsias oriundas de tensões do colonialismo, evidenciaram-se posições distintas entre os militantes, inclusive entre os dirigentes, com a emergência de disputas internas por um projeto político de nação. Embora tenha se unificado para combater inimigos em comum (os portugueses e grupos de libertação rivais), o MPLA era bastante heterogêneo e sempre esteve longe de produzir uma síntese que desse conta de suas

divergências. Oficialmente, o partido se posicionava a favor da unidade nacional, abarcando entre seus militantes integrantes de camadas populares, inclusive para fortalecimento das guerrilhas contra a UNITA, pois aqui já se trata da guerra civil. Na prática, porém, a cúpula do MPLA era composta de membros da antiga elite angolana e a presença de mulatos e brancos em posições estratégicas de liderança incomodava boa parte da base militante, rendendo muitas acusações por parte da UNITA de serem os herdeiros do colonialismo. Nito Alves despontou como foco da contestação ao expor publicamente tal situação.

Com as crescentes divergências no interior do partido após a independência, Nito passou a acusar dirigentes do movimento de usufruir de privilégios do colonialismo enquanto a maioria da população vivia em péssimas condições. Ele e alguns aliados montaram uma "rede de contestação ao que chamavam de 'desvios da direção'" (BITTENCOURT, 1999: 94-95), conhecida como nitismo, pautado na crítica racial e ao posicionamento ideológico de alguns dirigentes.

A contestação ao MPLA foi interpretada através das narrativas jornalísticas como fraccionismo e, depois, como um golpe de estado, principalmente porque a dissidência teve o apoio de boa parte dos setores militares. Pawson (2014) explica que Nito esteve sujeito a uma campanha de acusações e ataques pessoais públicos, conduzidos pelos órgãos oficiais de imprensa, especialmente o *Jornal de Angola*, dirigido por Costa Andrade (N`Dunduma), ligado à cúpula do MPLA. Por outro lado, foi no jornal *Diário de Luanda* e nos programas de rádio do *Povo em Armas* e *Kudibanguela*, que Nito Alves encontrou espaço para seus discursos (MARQUES, 2012). Logo após a instauração do inquérito para averiguar a acusação de fraccionismo, o Ministério da Administração Interna foi fechado, afastando Nito Alves do governo e das células de poder popular. O *Diário de Luanda* e o *Kudibanguela* também foram cancelados. Em 21 de maio de 1977, Nito e José Van Dúnem, outro líder nitista, pertencente à antiga elite angolana, foram expulsos do Comitê Central.

O ápice dessa contestação chega no dia 27 de maio de 1977, quando há a efetivação do que seria a tentativa de golpe de estado nitista, com a tomada da *Rádio Angolana* pelos nitistas, manifestações populares, intervenção do exército cubano a favor do MPLA de Neto, acusações de um lado e de outro, e a cobertura de todos os

acometimentos, culminando com a publicação do discurso de Agostinho Neto autorizando uma repressão sem julgamento aos acusados (MATEUS; MATEUS, 2007).

Seguiu-se um período de repressão e expurgos, com massacres, prisões e desaparecimentos amparados pelo aparato estatal. O número de vítimas é oficialmente desconhecido, mas há estatísticas que variam entre 8 e 30 mil angolanos (PAWSON, 2014). Durante muito tempo falar do 27 de Maio foi tabu em Angola, mas nos últimos anos, especialmente a partir de 2017, com o governo de João Lourenço, este silenciamento tem sido paulatinamente quebrado.

A trajetória de Nito, no entanto, não terminou em 1977, com sua morte pouco após o 27 de Maio daquele ano. Os desdobramentos do acontecimento alteraram os caminhos da história angolana e repercutem no país até os dias atuais, forjando uma disputa sobre as histórias e as memórias, no plural. É importante situar o 27 de Maio como evento histórico ambíguo, frequentemente invisibilizado ou reduzido em seus efeitos. Em que medida, afinal, essas narrativas são construídas e legitimadas a partir das posições que seus narradores assumem? As diferentes versões sobre os acontecimentos deste período levantam questões sobre os interesses imbricados em suas produções.

Não proponho buscar uma versão real dos fatos ou dos lados, pelo contrário. Objetivo uma antropologia histórica preocupada com os processos de construção da história, que constituem sujeitos e contextos (COMAROFF & COMAROFF, 1992). Tenho em mente que não há narrativas desprovidas de subjetividades, implicando que não há verdade, mesmo histórica, que não seja produto de um discurso escolhido dentre outros possíveis; escolhas não isentas dos constrangimentos do poder político e/ou econômico, afinal, o poder opera sobre o campo de possibilidades (FOUCAULT, 1982).

Pode o arquivo falar?

Este conjunto de narrativas e eventos é importante para compreensão do lugar da imprensa no contexto determinante para a legitimação do MPLA no governo do país. A partir da construção da trajetória de Nito Alves como autor de um golpe de estado em Angola, por meio de aparatos textuais e discursivos, tem-se perseguições, massacres e violência generalizada durante os meses e anos seguintes, com a exclusão daqueles que se opunham à ideologia aplicada por dirigentes do partido. Mais ainda, há a

consolidação da ala pragmatista do MPLA como representante legítima das decisões do governo. Esse deslocamento na configuração do poder em Luanda, como explica Oliveira (2017:30), tem papel crucial na guerra civil que atravessa uma fase de internacionalização do conflito.

As diferentes versões sobre o 27 de Maio levantam questões sobre as formas de produção, na medida em que essas narrativas são construídas a partir das posições que seus narradores assumem. Não proponho aqui a busca pela versão real dos fatos, mas observar como se forjaram narrativas históricas contrapostas cuja versão vencedora legitimou a história da nação. É nela que, ao longo de sua trajetória, Nito ocupa posições de prestígio, de acusador, de acusado e de inimigo. Etnografar essa virada tornou-se meu tema de pesquisa. Para responder às minhas questões, propus-me buscar nos discursos documentais – oficial e de Nito – a articulação das categorias usadas para acusar o outro.

Busco, portanto, por materiais que me permitam acessar os discursos de Nito Alves e do MPLA "oficial", a quem Nito se contrapôs. Meu recorte temporal inicia-se em 1959 e estende-se até 1979, com a morte de Agostinho Neto. A escolha por este período pretende dar conta do contexto que fez emergir os movimentos de libertação no país, das contradições postas no pós-independência em decorrência desse contexto e termina com Neto, porque, com a legitimação de sua ala no governo do país, seguiu-se uma política de repressão e controle popular que o presidente seguinte, José Eduardo dos Santos, não teria implementado, apenas herdado, uma espécie de expiação. A partir de 2007, trinta anos após o episódio, o 27 de Maio volta às mídias, com narrativas que possibilitam novos olhares.

As fontes empíricas primárias da pesquisa englobam discursos das lideranças políticas do MPLA, documentos produzidos pelo partido no período e escritos publicados na imprensa oficial, o Jornal de Angola. Por outro lado, valho-me do documento escrito por Nito Alves (BAPTISTA, 1976b) para representar a argumentação da outra parte; ressalto que por razões óbvias, não há produção de uma versão do próprio Nito sobre o 27 de Maio. Busco nesses documentos a emergência de categorias que serão colocadas em perspectiva tanto com as fontes empíricas secundárias – outros relatos e sínteses – quanto com a bibliografia histórica oficial.

Sendo o partido que permanece no poder desde a independência angolana, os registros dos posicionamentos e perspectivas do MPLA estão relativamente disponíveis e a consulta de sua produção oficial torna-se mais acessível, corroborando as versões oficiais dos fatos de Angola. Para além de organizar e legitimar sua história, essa estratégia possibilita o apagamento de narrativas contrárias e, na medida em que iteram e reforçam designadores, atualizam categorias e (re)constroem a memória coletiva.

Já sobre a versão nitista, os caminhos de acesso são mais tortuosos; há poucas biografias de contemporâneos que (sobre)viveram ao "27" que comporão parte das fontes secundárias, e que se juntam aos relatos, análises e produções acadêmicas e editoriais sobre Nito Alves e o 27 de Maio. Apontar que tais materiais existem, no entanto, não significa ter acesso a eles. Teço algumas considerações e hipóteses sobre isso, embora meu argumento seja melhor elucidado na conclusão deste trabalho.

Há ainda inúmeras reportagens publicadas pela imprensa, especialmente após 2007, quando o 27 de Maio completou 30 anos, e a Fundação Associação 27 de Maio publicou uma carta aberta. O conteúdo é bastante diversificado: posicionamentos recentes do governo do MPLA acerca do caso, historicização, lançamentos de livros, publicação de manifestos e cartas abertas, entrevistas com estudiosos, envolvidos e órfãos do 27 de Maio, e, eventualmente, artigos de opinião.

Desafios etnográficos do arquivo como campo: os não ditos

Como tentei demonstrar, o grande movimento metodológico para a realização de minha pesquisa está ancorado em revisão bibliográfica e análises histórico-etnográficas, que me permitirão produzir uma etnografia sobre as categorias, sua historicização e sobre quem as enuncia, permitindo estabelecer os lugares sociais e as possibilidades colocadas por estes lugares. Isso implica no desafio de conceber o arquivo como campo etnográfico e, também, no reconhecimento de meus interlocutores em documentos. Mais especificamente, empreendendo o esforço de constituir seus discursos e localizá-los contextualmente a partir das informações disponíveis.

É preciso ter em mente que, a priori, os documentos são artefatos que participam de uma dinâmica política e social, constituindo testemunhos materiais sobre o período, instituições, sujeitos e práticas que abarcam, ainda que produzidos em diversos formatos com estéticas particulares. Estes documentos são produtos da dialética entre conteúdo,

período e modo de documentar e representar deste período, ou seja, os arquivos nos dizem muito sobre os processos de constituição e ordenação do conhecimento no dado momento, reivindicando aos arquivos não somente lugares de recuperação da informação, mas também imbricados na produção de informação (STOLER, 2010).

Em minha pesquisa, embora seja possível encontrar registros audiovisuais, a maior parte do material empírico coletado é constituído por fontes escritas. Isso coloca uma reflexão, nos termos de Pontes, "sobre as fontes escritas (processos jurídicos, entrevistas, depoimentos, textos literários e jornalísticos, biografias etc) que utilizamos em nossas pesquisas e sobre os lugares sociais e institucionais que as abrigam" (PONTES, 2010:131). Ferreira e Lowenkron (2020) argumentam que vários antropólogos já deixaram de lados os velhos dilemas entre a disciplina e os documentos e passaram a dedicar parte de suas análises à "vida social" dos documentos, atentando para "suas formas de organização, manipulação, arquivamento e circulação por diferentes espaços e os processos de ressignificação e outras metamorfoses associadas a estes trânsitos" (FERREIRA; LOWENKRON, 2020:8). É neste sentido que o arquivo pode ser tomado enquanto campo etnográfico, superando o pressuposto de que seria sua antítese, se passarmos a entendê-lo não como depósito de registros ou conhecimento acumulado, mas como lócus de interação social que apoie e subsidie uma observação participante interessada, para usar os termos de Fabian (2013:118), em "partilhar o passado uns dos outros a fim de estar conscientemente no presente uns dos outros"; essa ideia do tempo reflexivo, conectando passado e presente – e futuro, por vezes – é bastante instigante para pensar a antropologia de modo muito geral, mas o contexto angolano, em particular, se considerarmos material de análise que já temos disponíveis e com os quais é possível dialogar. Assim, é possível pensar na metáfora de Cunha (2004), sobre "fontes que falam":

> "se a possibilidade de as fontes 'falarem' é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem 'ouvir' e, sobretudo, 'dialogar' com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas 'vozes' forem tomadas como objeto de análise – isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições" (CUNHA, 2004:293)

Se, na preparação para o campo, antropólogos devemos munir-nos de questões e arcabouços analíticos preliminares, também precisamos destes pressupostos para

entender arquivos e, sobretudo, documentos. Com isso em mente, se faz possível interrogar uma fonte escrita, olhando o que foi dito e o que foi obliterado. É nessa medida que temos um registro para além do que está ali. Temos registro do modo de produção, dos interesses, da relevância de determinados sujeitos, discursos e versões em detrimento de outros. O que não foi arquivado? Por que certas informações não podem ser encontradas?

Se a memória é construída numa relação dialética entre lembranças e esquecimentos, as disputas que permeiam a constituição das narrativas são determinantes no embate entre o que é lembrado ou esquecido (KOFES, 2001: 12), e em como se é lembrado. Portanto, olhar para os documentos e arquivos lança luz às possibilidades que atravessavam as disputas no pós-independência angolano. Há relações que garantem maiores possibilidades de expressão àqueles que detêm mais poder(es). Nessa medida, identificar, contextualizar e apontar as posições de onde partem os enunciados é essencial para entender seus efeitos. São os efeitos, inclusive, que nos permitem apreender disputas por significações, sempre a posteriori. Há limite na interpretação e na apreensão de intencionalidades dos sujeitos que não estavam colocadas nem para eles mesmos.

No limite, não se podem separar os arquivos das relações de poder, da ordem do discurso. Há uma relação constituída entre as versões, que também as constituíram. Conforme alerta Dulley (2008): "A desigualdade da representatividade dos agentes em termos de possibilidade de expressão coloca a necessidade de [...] explicitar os contextos de produção das fontes [...] para, em seguida, analisar a grade de leitura que orientou sua produção" (DULLEY, 2008:1). Não raro podemos observar as formas como as narrativas que privilegiam a história dos vencedores (SILVA, 2009) se materializam nas seleções que compõem os livros didáticos, museus e patrimônios.

Referências

BITTENCOURT, Marcelo. 1999. "Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital". *História Oral*, 2:91-110.

COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. 1992. *Ethnography and historical imagination*. Oxford: Westview Press.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. "Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo". *Mana*, 10(2):287-322.

DERRIDA, Jacques. 1988. *Limited Inc.* Evanston: Northwestern University Press.

DULLEY, Iracema. 2008. *Do culto aos ancestrais ao cristianismo e vice-versa*: vislumbres da prática da comunicação nas missões espiritanas do Planalto Central Angolano. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

FABIAN, Johannes. 2013. *O Tempo e o Outro*: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. 2020. "Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: Possibilidades analíticas e desafios metodológicos". In: _____. *Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers.

FOUCAULT, Michel. 1982. "The Subject and Power". In: *Critical Inquiry*, 8(4). pp. 777-795.

FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

KOFES, Maria Suely. 2001. *Uma trajetória, em narrativas.* Campinas: Mercado de Letras.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. 2012. *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. 2007. *Purga em Angola*. Lisboa: Edições ASA.

OLIVEIRA, Ariel Rolim. 2017. *Dissensões do universal: itinerários da imaginação nacional em Angola.* Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo (USP).

PAWSON, Lara. 2014. *In the name of the People*: Angola's forgotten massacre. Londres: IB Tauris.

PONTES, Heloísa. 2010. "Antropologia e história social da cultura: etnografia e fontes". *Revista del Museo de Antropología*, 3: 123-134.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. 2009. "Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e censura". *Estação Literária*, 4:15-26.

STOLER, Ann Laura. 2010. *Along the archival grain*: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton University Press.

TALI, Jean-Michel Mabeko. 2001. Dissidências e poder de estado - o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política. Vol. I e II. Luanda: Nzila